Pregão/Concorrência Eletrônica

Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

A Terra Sol Engenharia Ltda, sob o CNPJ nº 25.194.700/0001-95, vem por meio do seu representante legal, Lucas Figueiredo Alcindo, INTERPOR, tempestivamente o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

I - DA NECESSIDADE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, EM NOME DA EMPRESA, ACOMPANHADO DA RESPECTIVA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL À ÉPOCA, DEVIDAMENTE REGISTRADO NO CREA DA REGIÃO ONDE OS SERVIÇOS FORAM EXECUTADOS.

O item 12.2.1, alínea "c" ressalta que:

Capacidade Técnico Operacional: Certidão(ões) ou Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT – do(s) profissional(is) responsável(is) à época, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados, que comprove que a licitante tenha executado estudos geotécnicos para projetos executivos ou projetos similares de canais e complexidades equivalentes ao objeto desta licitação serviços de geotecnia, executadas com técnicas construtivas semelhantes ou superiores às requeridas para execução do item relacionado abaixo, caracterizados pelas parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, com os seguintes quantitativos mínimos, por item:

Importa destacar, que a licitante PAULO VICTOR MOREIRA DE PINHO MELO apresentou 15 atestados técnicos, e, 12 destes, localizados na pasta de nome "empresa", constante dos documentos de habilitação, não vem acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT – do profissional responsável à época, devidamente registrado no CREA, e assim, claramente viola o instrumento convocatório, nos termos do art. 3º da lei 8.666/93 c/c art. 31 da lei 13.303/2016, e, de forma mais específica o item 12.2.1, alínea "c" do Termo de Referência, bem como descumpra as exigências de capacidade técnica-operacional. Ora, senhores e senhores da presente comissão de Licitação da Codevasf, torna-se evidente que os atestados inseridos na pasta de nome "empresa" não têm validade e eficácia perante a análise de qualificação técnica-operacional, e, tampouco de qualificação técnico-profissional previsto no item 12.2.1, alínea "d" do Termo de Referência, e, portanto, devem ser desprezadas pela Comissão Permanente de Licitação da CODEVASF.

Inclusive o Acórdão 3094/2020 do Tribunal de Contas da União – PLENÁRIO, Relator: Augusto Sherman, permite que a administração pública solicite as certidões de acervo técnico emitidas pelo conselho de fiscalização, assim como anotações de responsabilidade técnica emitidas em nome dos profissionais vinculados aos atestados, afim de que se confira a autenticidade e veracidade das informações e atenda as exigências de qualificação técnico-operacional, senão, vejamos:

(...) Podem, no entanto, ser solicitadas as certidões de acervo técnico (CAT) ou as anotações e registros de responsabilidade técnica (ART/RRT) emitidas pelo conselho de fiscalização em nome dos profissionais vinculados aos atestados, como forma de conferir autenticidade e veracidade às informações constantes nos documentos emitidos em nome das licitantes.

Não obstante, assevera-se de que a empresa não atendeu os requisitos de qualificação técnica-operacional ao apresentar atestados sem o devido acompanhamento da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT – do(s) profissional responsável à época, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados ensejando em uma situação CLARA E CONCRETA DE INABILITAÇÃO, trata-se de interesse público, e não há como vislumbrar um cenário em que a empresa tenha atendido a todas as exigências técnicas descritas em instrumento convocatório, ao qual viola diretamente o art. 3º da lei 8.666/93 c/c art. 31 da lei 13.303/2016, e, de forma específica, descumpra o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Assim, quaisquer decisões que não vislumbre a incapacidade técnica da licitante, declarada vencedora, deve ser apreciada pelo poder judiciário afim de que o interesse público seja resguardado.

II - DO DESCUMPRIMENTO DA PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA DESCRITA NO ITEM 12.2.1, ALÍNEA "C" DO TERMO DE REFERÊNCIA

A empresa PAULO VICTOR MOREIRA DE PINHO MELO não atendeu a parcela de maior relevância descrita no item 12.2.1, alínea "c", e, portanto, descumpriu o instrumento convocatório, nos moldes do art. 3º da lei 8.666/93. Importa ressaltar, nos termos da súmula 263, que o item 12.1.1, alínea "c" estabelece que:

(...)caracterizados pelas parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, com os seguintes quantitativos mínimos, por item:

Sondagem Rotativa: 500 metros

Sondagem à percussão: 50 metros

Sondagem à trado: 500 metros

Retirada de amostra indeformada: 20 unidades

Ensaio de Granulometria por peneiramento: 80 ensaios

Compreende-se, por meio do instrumento convocatório que trata-se de exigência mínima a ser comprovada, por meio da capacidade técnico-operacional, com Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT – do profissional responsável à época, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados caracterizados pelas parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, entretanto, a licitante, nos 3 atestados acompanhados da respectiva Certidão de Acervo técnico o quantitativo é insuficiente para a garantia da parcela de maior relevância, no que tange à execução de serviços de SONDAGEM À TRADO e RETIRADA DE AMOSTRA INDEFORMADA, senão, vejamos:

A certidão de acervo técnico nº 281661/2022 com registro no CREA-CE, possui apenas a certificação de realização de amostras indeformadas no quantitativo de 10 unidades, não atendendo, em sua totalidade, os requisitos previstos em edital, enquanto NÃO HÁ MENÇÃO DE SONDAGEM À TRADO.

Na certidão de acervo técnico nº 282010/2022 com registro no CREA-CE, nota-se que NÃO HÁ QUALQUER MENÇÃO DE SONDAGEM À TRADO e RETIRADA DE AMOSTRA INDEFORMADA.

A certidão de acervo técnico nº 169351/2018 com registro no CREA-CE, constata-se a execução de 278,75 metros de serviços de Sondagem à Trado, entretanto, a quantidade é insuficiente para o atendimento do quantitativo mínimo, determinado em instrumento convocatório, de 500 metros de Sondagem à trado, faltando 221,25 metros de sondagem à trado para atender a demanda do objeto licitado. Dessa forma, importa salientar que NÃO HÁ QUALQUER MENÇÃO A RETIRADA DE AMOSTRA INDEFORMADA na certidão de acervo técnico nº 169351/2018, e, assim, não atende ao quantitativo mínimo de 20 unidades de retirada de amostra indeformada previsto em edital, uma vez que foi apenas apresentado, por meio da CAT nº 281661/2022, o quantitativo de execução de retirada 10 amostras indeformadas.

Portanto, resta comprovado de que a licitante PAULO VICTOR MOREIRA DE PINHO MELO não deve ser habilitada ao descumprir o item 12.2.1, alínea "c", e, portanto, violar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, nos termos do art. 3º da lei 8.666/93 c/c art. 31 da lei 13.303/2016.

Assim, a licitante não comprovou a sua aptidão técnico-operacional ao não atender o quantitativo mínimo necessário aos serviços de RETIRADA DE AMOSTRAS INDEFORMADAS e SONDAÇÃO À TRADO. E, conforme o art. 15 da lei nº 5.194/66 é nulo de pleno direito os contratos referentes a qualquer ramo da engenharia, arquitetura ou da agronomia quando firmados por entidade pública ou particular com pessoa física ou jurídica não legalmente habilitada a praticar a atividade nos termos desta lei, senão vejamos:

Lei n. 5.194/66. Art. 15. São nulos de pleno direito os contratos referentes a qualquer ramo da engenharia, arquitetura ou da agronomia, inclusive a elaboração de projeto, direção ou execução de obras, quando firmados por entidade pública ou particular com pessoa física ou jurídica não legalmente habilitada a praticar a atividade nos termos desta lei.

No intuito de evitar maiores danos à administração pública deve-se, portanto, INABILITAR a licitante PAULO VICTOR MOREIRA DE PINHO MELO, por descumprimento das exigências de qualificação técnica-operacional e violar o instrumento convocatório, nos termos do art. 3º da lei 8.666/93.

III - DA PERDA DE VALIDADE DA CERTIDÃO DE REGISTRO NO CREA-CE

A situação torna-se cada vez mais estarrecedora ao analisar a documentação da licitante declarada vencedora. Nota-se que na data do dia 20/12/2022, a empresa individual PAULO VICTOR MOREIRA DE PINHO MELO realizou uma alteração no Capital Social, e conforme consta no 4º aditivo de requerimento de empresário em sua cláusula primeira, o capital que era de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), passa a ser R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Dessa forma, importa salientar, que a certidão de registro de pessoa jurídica expedida pelo conselho regional de engenharia e agronomia - CREA apresentada pela empresa PAULO VICTOR MOREIRA DE PINHO MELO não espelhou a modificação do capital social realizado na data do dia 20/12/2022, e, nos termos do art. 2º, §1º, alínea "c" da Resolução nº 266/79 do CONFEA a certidão perderá a sua validade, senão, vejamos:

Art. 2º, §1º, alínea "c" da Resolução 266/79 do CONFEA - as certidões emitidas pelos Conselhos Regionais perderão a validade, caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nelas contidos e desde que não representem a situação correta ou atualizada do registro.

O art. 10 da Resolução 1.121/2019 do CONFEA assevera que:

Art. 10. O registro de pessoa jurídica deverá ser atualizado no Crea quando ocorrer:

- I - qualquer alteração em seu instrumento constitutivo;
- II - mudança nos dados cadastrais da pessoa jurídica;
- III - alteração de responsável técnico; ou
- IV - alteração no quadro técnico da pessoa jurídica.

Assim, a licitante descumprir o art. 10 da Resolução 1.121/2019 do CONFEA, e, conseqüentemente se amolda na situação do art. 2º, §1º, alínea "c" da resolução 266/79 do CONFEA com reflexos no instrumento convocatório, uma vez que certidão de registro no CREA foi apresentada invalidamente, e, portanto, descumprir o item 12.2.1, alínea "a" do Termo de Referência e desvincula do instrumento convocatório, e viola o art. 3º da lei 8.666/93. Inclusive, na própria Certidão de Registro de Pessoa Jurídica consta que a certidão perderá validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Há diversas decisões em sede de Recurso Administrativo pela INABILITAÇÃO da empresa licitante, a exemplo do julgamento de Recurso SEI Nº 7301561/2020 - SAP.UPR da Prefeitura de Joinville em que foi recomendado ao setor de licitações da Prefeitura Municipal de Joinville, por meio da Decisão nº 0491/2016, proferida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, referente ao processo nº REP-15/00402610, que: "[...] em futuros certames, para o mesmo ou objetos distintos, observe a Lei de Licitações e as leis correlatas de observância obrigatória, especificamente a alínea "c" do §1º do art. 2º da Resolução CONFEA n. 266/79, no momento do julgamento das propostas".

Assim, exige-se a inabilitação da empresa pela invalidade da Certidão de Registro de Pessoa jurídica, e, portanto, o descumprimento do item 12.2.1, alínea "a" do Termo de Referência.

IV - DO DESCUMPRIMENTO DO ITEM 10.1.5.1, ALÍNEAS "B", "C" E "D" DO EDITAL

Ressalta-se, ainda, que não consta na documentação da licitante as declarações de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; Declaração de inexistência de fato superveniente e de declaração de elaboração independente de proposta, em descumprimento direto as alíneas "b", "c" e "d" do item 10.1.5.1 do edital do pregão nº 87/2022.

E, conforme o art. 43, §3º da Lei Geral de Licitações é vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, senão, vejamos:

Art. 43. § 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Portanto, cabia a licitante em apresentar toda a documentação no momento da abertura da proposta, situação ao qual inobservadamente a licitante descumpriu.

Inclusive, o TCU possui entendimento firmado sobre o tema no ACÓRDÃO 1963/2018 - PLENÁRIO:

"a inclusão posterior de documentos que deveriam constar na proposta original, quais sejam: certidões (fls. 1714-1718 do processo licitatório) e carta proposta (fls. 1953-1954 do processo licitatório) apresentadas pela Empresa Engineering do Brasil S.A. para o PE DJS 8/2017, contraria o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993" ACÓRDÃO 1963/2018 - PLENÁRIO.

Por fim, incumbe ressaltar que diversos motivos ensejam pela INABILITAÇÃO da empresa PAULO VICTOR MOREIRA DE PINHO

MELO, inicialmente pela apresentação de 12 atestados sem o acompanhamento da respectiva Certidão de Acervo Técnico dos profissionais responsável à época, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados, não atendendo as exigências de capacitação técnico-operacional, descumprindo o item 12.2.1, alínea "c" do Termo de Referência, consequentemente violando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no art. 3º da lei 8.666/93. Em seguida, os demais atestados, para fins de qualificação técnico-operacional, apesar de haver a Certidão de Acervo Técnico dos profissionais responsável à época, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados, não atende a parcela de maior relevância, definida no instrumento convocatório, apresentando apenas 10 unidades de retirada de amostras indeformadas, sendo necessário o quantitativo de 20 unidades, e apresenta apenas o quantitativo de 278,75 metros de sondagem à trado, sendo necessário o quantitativo de 500 metros para o atendimento da parcela de maior relevância, e, portanto, descumpra as exigências de qualificação técnico-operacional descrita no item 12.2.1, alínea "c" do Termo de Referência e viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no art. 3º da lei 8.666/93. Por conseguinte, nota-se que a empresa altera o capital social de R\$ 10.000,00 para R\$ 200.000,00 sem realizar a alteração na Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, e, neste sentido dispõe o art. 2º, §1º, alínea "c" da resolução 266/79 do CONFEA que a certidão perderá validade caso ocorra qualquer alteração nos elementos cadastrais, inclusive, a própria certidão de registro no CREA ressalta a hipótese, e, assim a licitante descumpra o item 12.2.1, alínea "a" do Termo de Referência, e viola o princípio do instrumento convocatório. E, finalmente, ainda descumpra o ITEM 10.1.5.1, ALÍNEAS "B", "C" E "D" do edital ao não apresentar declarações de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; Declaração de inexistência de fato superveniente e de declaração de elaboração independente de proposta. Todas as hipóteses elencadas definem e esclarecem a INABILITAÇÃO DA EMPRESA PAULO VICTOR MOREIRA DE PINHO MELO.

V - DO DESCUMPRIMENTO AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

O art. 3º da lei 8.666/93 assevera que:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos

A Lei Geral de Licitações ressalta a importância da necessidade de vinculação ao instrumento convocatório, situação ao qual deve ser imposta a todos os licitantes, sob pena de ser INABILITADA, no certame licitatório, no mesmo sentido assevera o art. 31 da lei 13.303/16:

Art. 31. As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.

O art. 58, inciso I e II da lei 13.303/2016 assevera que:

Art. 58. A habilitação será apreciada exclusivamente a partir dos seguintes parâmetros:

- I - exigência da apresentação de documentos aptos a comprovar a possibilidade da aquisição de direitos e da contração de obrigações por parte do licitante;
- II - qualificação técnica, restrita a parcelas do objeto técnica ou economicamente relevantes, de acordo com parâmetros estabelecidos de forma expressa no instrumento convocatório;

A empresa PAULO VICTOR MOREIRA DE PINHO MELO não apresenta os documentos aptos a comprovar a possibilidade de aquisição de direitos e contração de obrigações ao descumprir as exigências de qualificação técnica-operacional, previstos no item 12.2.1, alínea "c" do Termo de Referência, assim como descumpra o item 12.2.1, alínea "a" do Termo de Referência, além do item 10.1.5.1, alíneas "b", "c" e "d" do Edital, violando o art. 58, inciso I e II da lei 13.303/2016 e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

VI - DOS PEDIDOS

Ante o exposto, REQUER:

- a) A INABILITAÇÃO da empresa PAULO VICTOR MOREIRA DE PINHO MELO por descumprir as exigências de qualificação técnico-operacional, descritos no item 12.2.1, alínea "c" do Termo de Referência, e, portanto, violar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, nos termos do art. 3º da lei 8.666/93 c/c art. 31 da lei 13.303/16.
- b) A INABILITAÇÃO da empresa PAULO VICTOR MOREIRA DE PINHO MELO por apresentar certidão inválida, e, portanto, descumprir o item 12.2.1, alínea "a" do Termo de Referência e violar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, nos termos do art. 3º da lei 8.666/93 c/c art. 31 da lei 13.303/2016.
- c) A INABILITAÇÃO da empresa PAULO VICTOR MOREIRA DE PINHO MELO por descumprir o item 10.1.5.1, alíneas "b", "c" e "d" do edital e violar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, nos termos do art. 3º da lei 8.666/93 c/c art. 31 da lei 13.303/2016.
- d) A vedação de inserção de documentos novos, por expressa vedação do art. 43, §3º da lei 8.666/93, e, violação ao caráter competitivo e a isonomia entre os licitantes.

Fechar